



# Agenda de Prioridades Têxtil e Confecção 2015 a 2018

 **Palavra do Presidente 04**

 **Visão Global 06**

 **Propostas por áreas**

 **Relações do Trabalho 12**

 **Segurança Jurídica 14**

 **Macroeconomia 16**

 **Tributação e Gasto Público 18**

 **Financiamento 20**

 **Infraestrutura 22**

 **Educação 24**

 **Inovação 26**

 **Comércio Exterior 28**

 **Meio Ambiente 30**

 **Gestão e Burocracia 32**

 **Micro e Pequena Empresa 34**

## Agenda de Prioridades Têxtil e Confecção – 2015/2018

### Realização

Área Internacional e de Economia  
Coordenador: Domingos Mosca  
Gerente: Renato Jardim  
Economista: Haroldo Silva

### Produção

Área de Comunicação  
Gerente: Ligia Santos  
Designer: Leandro Mira  
Suprimentos: Bianca Ribeiro

### Supervisão Geral

Diretor Superintendente: Fernando Pimentel

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit  
Rua Marquês de Itu, 968 • Vila Buarque • São Paulo – SP  
CEP 01223-000 • [www.abit.org.br](http://www.abit.org.br)



# Palavra do Presidente

O ano de 2014 no Brasil caracteriza-se pela realização de dois grandes eventos: Copa do Mundo e eleições gerais em âmbito federal e estadual. Tanto um quanto o outro mobilizam paixões e são geradores de grandes expectativas no seio da sociedade. Adicionalmente a estes dois acontecimentos, passamos a conviver com novos elementos que ampliam as discussões e dúvidas quanto ao contexto do ano em curso. Estamos falando das expectativas quanto ao fornecimento adequado de energia elétrica, abastecimento de água para a população em alguns estados e cidades densamente povoadas e as possíveis manifestações que poderão ocorrer durante o transcurso dos jogos da Copa.

No âmbito da economia, tivemos o rebaixamento do rating do Brasil por uma das agências de risco que realizam estas análises a partir de um conjunto de fatores relacionados ao baixo crescimento. Este cenário tem gerado um sentimento de perda de confiança nos agentes econômicos que se soma às naturais interrogações existentes em um ano eleitoral.

Apesar do momento atual, em que as expectativas positivas sobre o futuro do nosso país se enfraquecem, nós da Abit mantemos a convicção de que continuarão a existir grandes oportunidades no Brasil e que, sem menosprezar os graves problemas que teremos que resolver, encontraremos os caminhos para retomarmos a trajetória do crescimento sustentável. Para tanto, os governos, empresários e trabalhadores deverão formular e executar um plano estratégico, que ultrapasse mandatos, com claros e precisos objetivos. As palavras “direitos adquiridos” deverão ser proferidas juntamente, e com igual intensidade, com as palavras “responsabilidades adquiridas”.

É com este espírito, sem presunção, que a Abit desenvolveu, através do seu corpo técnico, um conjunto de propostas e sugestões para uma agenda de competitividade, as quais foram submetidas à apreciação por parte dos conselheiros e diretores da entidade. O documento final contempla 20 propostas prioritárias divididas em 12 temas. Foram mais de 100 itens analisados até confluirmos nesta agenda. Doravante, este material balisará nossas conversas e discussões com candidatos a cargos executivos e legislativos durante o período eleitoral e, também, com aqueles que forem empossados no novo governo.

Certamente, não encerramos aqui todas as questões e desafios que o País precisa enfrentar, mas também não se trata de uma agenda imutável. Hoje, trazemos os principais eixos de trabalho que entendemos como necessários para um Brasil mais próspero e mais justo, a partir do desenvolvimento de todo o seu potencial econômico. Um Brasil, enfim, que os brasileiros merecem.

Forte abraço,

**Rafael Cervone**  
Presidente

# 1.

## Visão Global

## Objetivo desta publicação

Esta Agenda de Prioridades consolida, de maneira objetiva, quais são os grandes desafios para a indústria têxtil e de confecção, desde as matérias-primas ao produto confeccionado, para que este setor, tão importante para a economia brasileira, consiga alcançar seu potencial pleno de produção e de geração de emprego. Esta Agenda foi pensada para ser entregue aos candidatos do sufrágio de 2014, mas também para todas as autoridades já em exercício, seja no legislativo ou no executivo.

Reunimos 12 temas como educação, tributação, inovação, financiamento, infraestrutura, etc, e selecionamos, para cada um deles, o que é prioritário no curto prazo e o que é necessário estruturar no médio prazo, para dar sustentação às ações mais imediatas.

A Abit trabalha esses macro temas em sintonia com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), porém há aspectos que são específicos do setor. Em geral, essas especificidades estão localizadas nas ações de curto prazo.

É preciso esclarecer que este trabalho foi resultado direto de pesquisa com empresários do setor têxtil e de confecção, tanto na inserção ou não dos macro temas, como das prioridades dentro de cada um deles.

# Cenário

## O setor no Brasil e no Mundo

Em 2012, o setor têxtil e de confecção mundial movimentou cerca de US\$ 744 bi (Fonte: OMC) em transações entre países. Em 2020, este volume deve subir para algo em torno de US\$ 851 bi (Fonte: Abit). O Brasil, mesmo sendo a quinta maior indústria têxtil do mundo - e a quarta de confecção - participa com menos de 0,4% desse mercado. O mundo têxtil é mais de 50% asiático, com destaque para a China. Os asiáticos lideram todas as estatísticas do setor: maiores exportadores, maiores produtores, maiores empregadores, maiores produtores de algodão, maiores investimentos, maiores empresas. Não são, contudo, só estatísticas positivas que a Ásia acumula nessa área. O mundo, porém, tem sido cúmplice na manutenção de um sistema socialmente injusto, ambientalmente predatório e economicamente destruidor de outras economias.

O setor têxtil e de confecção é uma atividade com cerca de 200 anos no País. Impulsionou muitas outras indústrias e foi o grande motor da revolução industrial no Brasil. Hoje, emprega 1,7 milhão de pessoas de forma direta, das quais 75% são mulheres. A indústria da moda é o segundo maior empregador na indústria de transformação e também segundo maior gerador do primeiro emprego. Eis a gigantesca importância econômica e social deste bicentenário setor com capilaridade em todo o território nacional.

A indústria da moda reúne diferentes características, dificilmente encontradas em outros setores. Fala de arte, negócios, artesanato e alta tecnologia. Mistura química, física, sociologia e história. No Brasil, possui mais de 100 escolas de cursos livres, técnicos, graduação e pós graduação. Fatura cerca de R\$ 100 bilhões/ano através de mais de 30 mil empresas. Paga R\$ 14 bilhões/ano em salários, tem investido a média de R\$ 5 bilhões a cada ano (somando desembolsos do BNDES e aquisição de máquinas e equipamentos) e recolheu R\$ 7 bilhões em contribuições federais e impostos em 2013. É a maior cadeia integrada do setor no ocidente.

# Desafios, gargalos e travas da moda

O Brasil está entre os oito maiores mercados consumidores de vestuário, cama, mesa e banho do mundo e, o que mais cresceu nos últimos dez anos. Contudo, é possível verificar também um crescimento na participação dos produtos importados no abastecimento do mercado brasileiro. A importação de vestuário, por exemplo, aumentou 24 vezes na última década saltando de US\$ 148 milhões para US\$ 3,5 bilhões. Cerca de 15% do mercado total de vestuário é abastecido por marcas importadas sendo que, dez anos atrás, esse índice era de apenas 2%. Já no varejo de grande superfície, esta proporção dobra e seu viés é de crescimento.

## E porque isso?

Por uma série de questões macroeconômicas e estruturantes que estão tirando a competitividade da indústria da moda brasileira aqui e lá fora. Veja a seguir, 12 temas que precisam ser enfrentadas com coragem e determinação pelos governantes e autoridades, juntamente com as empresas, trabalhadores e a sociedade em geral, que têm o dever e o poder de mudar essa história.

# 2.

## Propostas por áreas



Relações do Trabalho



Segurança Jurídica



Macroeconomia



Tributação e Gasto Público



Financiamento



Infraestrutura



Educação



Inovação



Comércio Exterior



Meio Ambiente



Gestão e Burocracia



Micro e Pequena Empresa

# Agenda Prioritária

**Aperfeiçoar a legislação trabalhista** (101 Propostas CNI) para permitir novas modalidades de contrato de trabalho, mais flexíveis (ex. intervalo intrajornada) e que contemplem as modernas tecnologias e as peculiaridades de cada setor econômico;

**Simplificar a Legislação Trabalhista** de forma a consignar na Constituição apenas Direitos trabalhistas Fundamentais sendo todo o restante negociado entre as partes (atualmente existem 2.496 normas sobre matéria trabalhista – CNI);

**Não permitir que prospere a proposta de redução da jornada de trabalho, deixando que isso seja negociado entre as partes;**

**Extinguir imediatamente o adicional de 10% da multa do FGTS.**

## Agenda de ações

**Regulamentar o instituto da terceirização**, por meio de lei que possibilite esse mecanismo de contratação às atividades meio e fim, mantendo a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços;

**Criar o contrato de formação** com redução de 50% dos encargos, para que as empresas que admitirem jovens sem experiência com validade por 24 meses;

**Criar o contrato especial para trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos** com redução de 50% dos encargos, para que as empresas sejam estimuladas a empregarem profissionais atenuando a escassez de mão de obra, e viabilizando aproveitar o conhecimento adquirido.

**Conceder desconto nas alíquotas de impostos e contribuições (ex. CPP) para empresas que fornecem assistência médica e outros tipos de benefícios.**

**Fortalecer a disponibilidade de mão de obra qualificada** por meio de programas como o Pronatec, FIES, Prouni e mesmo facilitar a contratação de trabalhadores estrangeiros;

**Buscar Políticas Públicas que protejam o trabalhador e aumentem a produtividade, mas que sejam exequíveis diferentemente do que ocorre, por exemplo, com a NR 12**



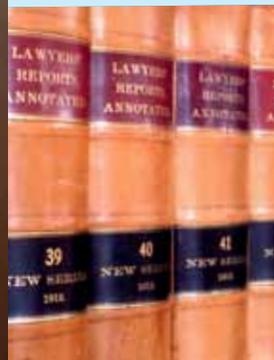
## Relações do Trabalho

A legislação trabalhista, no Brasil, é complexa e está ultrapassada pelas novas formas de organização da produção e mesmo do trabalho. Faz-se imperativo modernizar a relação Capital x Trabalho, para que o País ganhe competitividade no mundo moderno.



## Segurança Jurídica

Como se sabe, no Brasil: “até o passado é incerto”. Essa insegurança jurídica reduz investimentos e causa inúmeros problemas às indústrias e ao ambiente de negócios do País como um todo. Por isso, precisamos avançar e reduzi-la ao mínimo possível.



## Agenda de ações

**Tornar os textos legais objetivos e bem redigidos** evitando, por exemplo, expressões como “revogadas todas as disposições contrárias”;

**Coordenar ações que evitem modificações posteriores** de normas estabelecidas, sobretudo com efeitos retroativos;

**Propor mecanismos legais que impeçam descon siderações de negociações coletivas na área trabalhista;**

**Tornar homogênea a atuação dos órgão de fiscalização** de forma que sejam evitadas as aplicações de multas às vezes por mera presunção de fraude;

**Multa apenas após a reincidência.** Isto é, apenas após a segunda constatação é que será permitida multa, diante da mesma irregularidade;

**Obstar a criação de leis que sejam impossíveis de serem cumpridas pela realidade** como por exemplo o estabelecimento de cotas dissonantes com a oferta de trabalhadores naquelas condições; e

**Reconhecer e estimular a utilização de mecanismos de mediação extrajudiciais** por meio de mediação e arbitragem privada para a solução de conflitos;.

# Agenda Prioritária

Usar outros instrumentos de Política Econômica para conter a inflação, além dos juros (ex.: manutenção/redução de despesas correntes). Buscar a desindexação da economia (tarifas, por exemplo);

Implementar um programa amplo de Modernização da Gestão Pública, com vistas a ampliar a produtividade do funcionalismo e dos recursos do Estado;

Reduzir a carga tributária a 28% do PIB, à razão de 1 p. p. por ano, nos próximos 8 anos;

## Agenda de ações

Atribuir ao Banco Central independência, em Lei;

Implantar o Comitê Gestor da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Impedir que o Real volte a se sobrevalorizar, especialmente sem que exista correspondência nos fundamentos econômicos;

Manter os fundamentos macroeconômicos em patamares sólidos, com efeito evitando reduções nos níveis de classificação do País e todos os efeitos deletérios de tal ocorrência;

Ter Políticas Industriais de inovação, tecnologia e fortalecer o papel da ABDI, EMBRAPPII, FINEP, MCTI, MDIC;

Reduzir a margem de tolerância da meta de inflação para 1 p. p. ao longo do mandato e convergir essa meta para os padrões dos nossos principais parceiros comerciais;

Implementar uma nova rodada de desindexação da economia, incluindo salário mínimo, tarifas públicas, aluguéis, etc.

Trabalhar para que o déficit em transações correntes não seja superior a 2% do PIB.

## Macroeconomia

A Macroeconomia permeia todo o ambiente de negócios das empresas. Temas como inflação, câmbio e juros fazem muita diferença e são fatores críticos de sucesso, sobretudo nos bens comercializáveis internacionalmente, como é o caso dos produtos industriais. Por isso, é importante que o governo trate desses assuntos com muita atenção.

# Agenda Prioritária

**Aprovar o RTCC (Regime Tributário Competitivo para a Confeção)**, cujo objetivo é viabilizar o retorno de Grandes unidades de produção de confecções no Brasil com escala, gestão e competitividade suficientes para enfrentar a concorrência externa e ser o principal fornecedor das empresas varejistas nacionais e internacionais que se encontram em franca expansão no mercado doméstico, além de aumentar sua capacidade de exportação, beneficiando assim todos os elos da cadeia produtiva.

**Eliminar a tributação sobre o investimento**, permitindo a apropriação imediata do crédito de ICMS na aquisição de bens de capital ou outros bens diretamente utilizados na instalação ou modernização das plantas;

**Acabar com os impostos cumulativos;**

**Fazer avançar a Reforma Tributária, que está no Congresso Nacional**, de forma a caminhar na unificação das alíquotas, mitigar os efeitos da Guerra Fiscal e trazer mais segurança jurídica;

**Criar um imposto único sobre consumo (IVA) partilhado pelos Estados (DF), União e Municípios, consolidando todos os impostos diretos incidentes sobre a venda.**

## Agenda de ações

**Proibir aumento de despesas correntes em relação ao PIB**, ainda que seja por meio de mecanismo constitucional (objetivando déficit nominal zero, em oito anos);

**Incluir os Estados no Drawback Integrado**, com isso viabilizar a suspensão da cobrança de ICMS na aquisição de insumos nacionais que serão transformados e exportados;

**Instituir a correção de todos os saldos credores dos contribuintes pela SELIC;**

**Acabar com a metodologia de cálculo de “imposto por dentro”;**

**Acabar com a metodologia de incidência de “imposto sobre imposto”;**

**Permitir a compensação de saldos credores de tributos administrados pela SRF.** Isto é, saldos credores em um determinado tributo poderiam (por faculdade do contribuinte) serem usados para quitar débitos com o FISCO Federal;

**Não permitir que produtos têxteis e confeccionados sejam tributados pelo mecanismo de Substituição Tributária;**

**Reduzir a zero as alíquotas do IPI para tapetes, carpetes, embalagens têxteis e glicol;**

**Toda proposta de majoração de tributo ou que resulte em aumento de despesas deve ser avaliada por auditorias independentes;**

**Ampliar o prazo de pagamento do tributo para 60 dias fora o mês da venda**, adequando-o às relações comerciais; e

**Prorrogar a medida de desoneração da folha de pagamentos do setor Têxtil e de confecção**, incorporando as lavanderias industriais.

## Tributação e Gasto Público

O governo gasta muito e mal, via de regra. Sobra pouco para investir e as principais demandas por serviços públicos de qualidade não são atendidas. Como as despesas - sobretudo correntes - não são reduzidas, aumenta-se a tributação para fechar a conta. Para que o País seja mais competitivo, muito há que ser feito nesse campo.

# Financiamento

Crédito caro e escasso é a tônica no Brasil, historicamente. Comparado aos concorrentes internacionais essa é uma das mais impactantes desvantagens que a indústria nacional tem. Construir um ambiente mais favorável ao investimento é essencial para poder disputar melhor o mercado doméstico e o internacional.

## Agenda de ações

**Incluir o setor Têxtil e de Confecção no rol de atividades de alto interesse nacional**, com efeito, permitir a tomada de recursos mais vantajosos, no País, por empresas que tenham participação estrangeira;

**Perenizar o PSI**, com juros compatíveis aos dos concorrentes mundiais;

**Estimular a expansão do mercado de capitais** e permitir às empresas outras formas de financiamento não bancário;

**Facilitar o acesso das empresas ao financiamento à INOVAÇÃO**. Principalmente para o acesso das Pequenas e Micro Empresas que, em geral, são enxutas e não contam com uma equipe dedicada para lidar com a burocracia exigida.

**Promover maior acesso aos fundos do tipo FGI, FGO**, inclusive estimulando a participação neles de instituições privadas;

**Cartão BNDES permitindo as compras do Varejo com origem na indústria nacional**

**Créditos Tributários: enquanto existirem, podem servir de garantia a financiamentos**, sobretudo na rede pública de bancos; e

**Estender o cartão BNDES para outros países do Mercosul**, possibilitando a aquisição de produtos brasileiros por parte de empresas estrangeiras, com isso estimulando as exportações das MPMEs.

## Infraestrutura

Dentre outros pontos, portos caros e ineficientes, aeroportos com utilização acima da capacidade e mal aparelhados, rodovias esburacadas e/ou com pedágios caros, energia escassa e sem linhas de distribuição revelam a necessidade de profundas mudanças nessa área. Construir uma agenda e levá-la adiante é essencial ao aumento da competitividade sistêmica do País.

## Agenda de ações

**Reduzir o custo da energia para cadeias produtivas intensivas em mão de obra entre 22h e 6h**, como estímulo à criação de mais turnos e, conseqüentemente, mais postos de trabalho;

**Revisão de tarifas de energia: dar maior transparência e previsibilidade**, bem como permitir a participação da Indústria nesses processos;

**Conceder benefícios objetivos às empresas que desenvolvam projetos de eficiência energética ou água**. Redução de encargos relacionados à demanda de energia ou água, seria um meio apropriado para estimular mais projetos;

**Ampliar a taxa de investimento do Estado e acelerar as Concessões e PPPs**, com vistas a alcançar 5% do PIB, em 8 anos;

**Melhorar a atuação das agências reguladoras**, com a profissionalização dos seus quadros que devem ser selecionados por meio do mérito e de critérios técnicos;

**Fazer com que o Gás Natural possa ser usado de forma competitiva, com custos equivalentes ao mercado Internacional**; e

**Internet e telefonia compatível com os serviços ofertados nos países desenvolvidos (custos, velocidade e confiabilidade)**.





## Educação

Educação de baixa qualidade e um contingente enorme de analfabetos (funcionais ou não) reduzem, junto a outros fatores, a produtividade de todo o País. Mudar esse quadro e preparar a mão de obra para receber a devida qualificação é um desafio que precisa ser enfrentado definitivamente, sobretudo - porém não de forma exclusiva - pelo Governo Federal.

## Agenda Prioritária

**Ampliar a parceria entre setores público e privado para aumentar os recursos e a oferta de cursos profissionais, fortalecer ainda mais o Pronatec, Pró-Uni e FIES;**

### Agenda de ações

**Consolidação e ampliação do programa “Educação, Costurando o Futuro”,** já implementado pelo Ministério da Educação, dotando-o com verbas do orçamento Federal (recursos do Pré-Sal, dentre outros), ao menos nos 1.000 municípios com pior IDEB;

**Incluir a possibilidade de aquisição de Uniformes Escolares por meio do quarto constitucional,** dedicado aos investimentos em Educação;

**Inclusão da Cadeia Têxtil e de Confecção no Sibratec;**

**Facilitar a formação de parceria entre empresas e as Universidades,** criar marcos regulatórios simples e ágeis que estimulem essas parcerias de forma direta;

**Ampliar os recursos do FAT** na qualificação profissional, com ênfase nos segmentos com grande capacidade de geração de renda, emprego e inclusão social;

**Facilitar e estimular as parcerias entre universidades brasileiras e estrangeiras e as indústrias.** Intercâmbio de estudantes e docentes e projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; e

**Dar sequência e ampliar o programa Ciência Sem Fronteiras.,** bem como estimular a vinda de mestres e doutores para as universidades e empresas brasileiras.



# Inovação

Tratar da inovação como algo prioritário já faz parte da rotina do setor privado. Mas, políticas públicas que promovam essa iniciativa são fundamentais. Embora existam alguns mecanismos governamentais de fomento, eles são complexos para serem acessados, principalmente, por Pequenas e Micro Empresas. É imperativo mudar essa lógica.

## Agenda Prioritária

Manter, fortalecer e aprimorar os programas de fomento do BNDES, em especial o Pro-Design (por exemplo reduzindo o valor mínimo financiável, atualmente em R\$ 3 milhões).

## Agenda de ações

**Utilizar o mecanismo de compras governamentais como estímulo à Inovação da Indústria Nacional (Defesa, Saúde, Obras de Infraestrutura),** as margens de preferência poderiam ser ampliadas a empresas e segmentos inovadores;

**Ampliar os incentivos fiscais à inovação,** permitir que empresas que estejam no lucro presumido ou mesmo no Simples possam se beneficiar dos incentivos da Lei do Bem;

**Desenvolver um Fundo Setorial de Inovação,** por meio do tributos pagos na importação (sem aumento de custos, apenas com os valores atuais – II e CPP sobre importação), de produtos do setor Têxtil e de Confecção. Com esses recursos fomentar a inovação no setor;

**Subvenção econômica,** também ampliar essa possibilidade às empresas fora do Regime de Lucro Real. Inclusive, permitindo a contratação não apenas de Mestres e Doutores, como também de especialistas e mesmo consultores;

**EMPBRAPII/FINEP.** Fortalecer essas entidades com recursos humanos e financeiros necessários para que sejam líderes no processo de Inovação Tecnológica do País;

**Fortalecer a rede de inovação da indústria têxtil e de confecção no âmbito do Plano Brasil Maior** – Sistema Moda Brasil coordenado pelo MDIC, por meio de editais específicos das agências convocando trabalhos para o setor;



## Comércio Exterior

Toda a indústria está sofrendo fortemente a concorrência internacional. O déficit da balança comercial não para de crescer. Empregos e empresas estão ameaçados. Isso precisa mudar, pois o País tem condições de disputar tanto o mercado doméstico, como outros mercados.

# Agenda Prioritária

**Acordos internacionais: acelerar as negociações de forma pragmática,** especialmente com União Europeia e México. Com os EUA, tratar com ênfase das negociações e promover acordo bilateral nos moldes do "Trade and investment Framework Agreement", que é o primeiro passo para um acordo mais profundo de livre comércio ;

## Agenda de ações

**Tornar definitivo o mecanismo de Reintegra,** com efeito permitir às empresas que possam tratar das exportações como estratégia de longo prazo em seus modelos de negócios;

**Aprimorar a divulgação de dados de comércio exterior,** com mais transparência e da forma mais desagregada possível, de forma que a sociedade possa contribuir para apontar às autoridades indícios de des-caminho;

**Fortalecer a APEX,** com recursos financeiros, humanos e materiais, com vistas a aprofundar o trabalho atualmente existente;

**Criar um sistema semelhante ao Tax Refund,** mesmo que num primeiro momento apenas com tributos administrados pela União. Com a possibilidade de adesão dos Estados. Isso tornaria o País mais atraente ao Turismo;

**Fortalecer e agilizar os processos de defesa comercial.** No modelo atual, é quase que exclusivo o uso desses instrumentos por setores concentrados. A Salvaguarda, medidas antidumping, medidas compensatórias precisam ser simplificados e, portanto, mais ágeis e baratos de implementar. É preciso que esses mecanismos também atendam a setores mais fragmentados.

**México:** reciprocidade nas preferências outorgadas pelo Brasil àquele país no âmbito da ALADI (ex. o Brasil concede 20% De desconto sobre o imposto de importação das confecções vindas do México, sem equivalência);

**Mercosul:** destravar a gestão do Acordo e fazer com que volte a ser um promotor de comércio e investimentos;

**Mercosul:** revisão das regras de origem (somente agregação de valor) e eliminação do drawback intrazona;

**Colômbia:** destravar cronograma de desgravação tarifária hoje dependente de assinatura da Venezuela; e

**Internet:** aperfeiçoar os mecanismos de administração e controle das compras internacionais por esse meio.



# Agenda Prioritária

**Produtos Importados:** exigir demonstração prévia do cumprimento de todas as exigências legais (sobre as quais os produtos nacionais devem obedecer), como por exemplo, aspectos ambientais, de saúde, trabalhista e de segurança;

## Agenda de ações

**Criar incentivos econômicos (tributários e/ou não) que possam estimular a utilização de resíduos sólidos.** Com benefícios objetivos para a redução de resíduos finais (inservíveis) e fomentando o uso de tecnologias limpas;

**Permitir que a fabricação de produtos, de origem nacional, feitos a partir de matéria-prima reciclada seja desonerada de tributos;**

**Reconhecer os programas voluntários de certificação ambiental como elementos diferenciados e favorável ao empreendedor nos processos de licenciamento ambiental;**

**Estabelecer regras claras para a definição das competências dos entes federados para o licenciamento ambiental,** com isso eliminando o conflito de alçada entre União, Estados e municípios; e

**Destinar mais verbas aos projetos de pesquisa (quer sejam eles originários das universidades e/ou privados) que tenham como mote o desenvolvimento de tecnologias limpas.**

## Meio Ambiente

Legislação complexa e difusa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem legislar sobre o tema). As empresas ficam todas vulneráveis à interpretação dos fiscais e da morosidade dos licenciamentos. Mais um óbice ao desenvolvimento dos negócios.

# Agenda Prioritária

**Constituir um gabinete, ligado à Presidência da República, cujo objetivo único seja a Desburocratização.** Esse processo deve ser liderado pela Presidência, num patamar hierárquico acima dos ministérios. Esse trabalho deve ser permanente;

**Reduzir o número de Ministérios para o nível de países desenvolvidos (ex.: Alemanha conta com 17 Ministérios);**

**Não criar novos municípios, que não tenham renda própria para sua manutenção;**

## Agenda de ações

**Analisar os resultados econômicos financeiros e sociais dos mais de 1.200 municípios criados, desde 1988, e, em caso de resultados negativos, discutir sua validade como ente independente;**

**Criar o “Portal Único do Estado” para obter informações e fornecê-las.** Nesse ambiente, contribuintes (empresas e pessoas físicas) poderiam encontrar todas as exigências para exercer as atividades econômicas;

**Fixar prazos para resposta dos entes públicos às solicitações de empresas e pessoas físicas,** sendo que, findado esse prazo pré-estabelecido, a ausência de resposta equivaleria à aprovação do pleito;

**Estabelecer norma que nenhuma lei pode exigir obrigação acessória, sem que haja um debate objetivo com as entidades organizadas da sociedade civil,** aquelas que, em última instância, representam os sujeitos passivos da Obrigação em discussão;

**Fazer com que legisladores e gestores públicos sigam o previsto na Lei Complementar nº 95/1998 (normas claras e objetivas).** Bem como utilizem o “check-list” da OCDE antes de construir um regulamento;

**Implantar a fiscalização orientadora.** Uma diretriz que transforma o fiscal em parceiro do empresário e não em algoz;

## Gestão e Burocracia

Os custos para atendimento das questões burocráticas são enormes no Brasil. Mudar esse quadro é fundamental para melhorarmos a competitividade da indústria nacional. Um estado mais eficiente, rápido e barato precisa ser o alvo do Executivo.



## Micro e Pequena Empresa

A Cadeia Têxtil e de Confecção Nacional é formada, fundamentalmente, por MPME's. Políticas Públicas que deem tratamento diferenciado - e favorável - a esse conjunto de empresas são fundamentais para o crescimento do próprio setor. Ademais, é importante permitir que as MPME's possam crescer, estimulando-as, não impedindo-as disso.

# Agenda Prioritária

O mecanismo de Substituição Tributária não pode aumentar a carga de impostos das MPMEs. Atualmente, essa é uma forma de aumento de carga tributária, sobretudo na determinação das Margens de Valor Adicionado arbitradas;

## Agenda de ações

**Apoiar a tramitação do Projeto (PLP 237/12) que trata da revisão da Lei Geral da MPMEs, que está no Congresso.**

**Adotar uma sistemática de crédito presumido para empresas que comprem de empresas do SIMPLES.** Atualmente, As empresas desse sistema não geram créditos (ICMS), o que dificulta suas vendas para empresas de outros regimes tributários;

**Revisões periódicas (2 em 2 anos) a atualização dos limites do SIMPLES,** isso permitiria às empresas próximas às faixas máximas (e intermediárias) não terem sua tributação majorada, sem que tenha sequer crescido nada, em termos reais;

**Construir um mecanismo de transição menos oneroso para as MPMEs poderem chegar ao Lucro Presumido – Lucro Real;** e

**Diminuir a alíquota de CPP para as empresas do Simples dos setores já atendidos pela desoneração de folha.** Atualmente, as empresas do SIMPLES pagam alíquota relativa à CPP superior a 1%.



